


AFRONTAS: NARRATIVAS COMPARTILHADAS DE MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS

 Janine Bispo de Magalhães^A

^A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 01 mar. 2023 | **Aceito em:** 04 jan. 2024

Correspondência: Janine Bispo De Magalhães (janine.magalhaes@gmail.com)

“...enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial determinou”

Grada Kilomba

Composto por 17 capítulos de escritos autobiográficos e encontros compartilhados, o livro “Narrativas de Mulheres Negras e Indígenas na Educação e no Direito: Visibilidades e Trajetórias Socioculturais” reúne narrativas de 21 mulheres negras e indígenas que atuam no campo da Educação e do Direito, sob a organização de Deise Guilhermina da Conceição, Patrícia Baroni e Carla Figueira de Souza. O livro de 210 páginas teve sua primeira edição lançada em 2022 pela editora Autografia, no Rio de Janeiro. Tal como se lê na orelha do livro, sua importância já se mede quando vivemos em um contexto em que ser mulher racializada, trabalhadora, apropriada de seus valores e saberes - sejam estes acadêmicos ou não - e protagonista de sua história é uma afronta.

O livro é dividido em duas partes que se relacionam com as áreas da Educação (Narrativas, vivência e superação do racismo enquanto projeto de vida) e do Direito (Direito, feminismo e constituição). As temáticas se atravessam nos fazendo refletir justamente sobre como o racismo faz parte do projeto de “vida” pensado para nós pela branquitude por meio dos processos de colonização, e pela sua superação nas diversas estruturas do cotidiano de pessoas pretas e indígenas, evidenciando o quanto a Educação e o Direito estão intimamente vinculados às transformações sociais e do sistema de justiça sob o viés étnico, racial e de gênero. (p.11)

A abordagem feita através de pesquisa narrativa ao mesmo tempo que sensibiliza e humaniza seus personagens, nos convida para o afrontamento. Ela também é essencial para pensarmos quais vozes costumam contar a história hegemônica que conhecemos, questionar



sua narrativa única e estimular outras vozes para narrar o presente. Aqui nos são expostas não apenas histórias que exemplificam a luta diária por direitos para mulheres negras e indígenas em diversos aspectos como o embranquecimento das instituições; escravidão, migração; direito à terra; acesso e atuação na justiça, como também são apresentadas propostas para transformação “à partir do saber vivido e criticamente pensado” por essas mulheres (p.10). Nesta resenha, apresentarei um panorama de como algumas destas histórias se tecem e se encontram.

As narrativas presentes no livro, em tantos momentos, salientam a potência das práticas pedagógicas de superação do racismo, discriminação social e violência de gênero. Tendo em vista que a Educação Básica é, em sua maioria, formada por educadoras mulheres em suas interseccionalidades, é curioso como os “pensantes” das políticas educacionais não advém deste grupo. Este questionamento é sugerido na introdução e permeia sutilmente nas histórias compartilhadas pelas autoras, evidenciando as falhas de um sistema atrasado na criação e execução de políticas antirracistas. Surge (ou urge?) então, no âmbito da educação em especial, a necessidade de transformação desses espaços de modo interno, ou “a necessidade de formar professores que, em suas práticas cotidianas, tenham a diversidade e sensibilidade enquanto princípio” (BARONI, 2022, p.42).

Essa “transformação interna” é marcante no texto de Sandra Faustino (p. 27), que fala sobre o empoderamento de mulheres negras da Baixada Fluminense a partir do bordado. A autora inicia o texto explicitando a exposição desproporcional dessas mulheres à fatores geradores de violência, em relação às mulheres brancas e amarelas. Ela conta como uma reportagem de televisão sobre conquistas de direitos das mulheres norte-americanas foi um gatilho para que as mulheres de sua convivência, que se reuniam para bordar – ofício comumente ligado ao feminino e às senhoras do lar- se questionassem e refletissem sobre as privações e violências diárias que viviam, de forma quase que automática, apenas respeitando e reproduzindo os estereótipos sociais existentes. O espaço da roda de bordado a qual exerciam essa prática enquanto trocavam e teciam experiências - e que entendo como um espaço de educação não formal - foi então ressignificado por elas ao se educarem e transformarem definitivamente suas vidas pela conquista da autonomia através da alfabetização pelas linhas e agulhas.

Na voz da inspiradora professora Lucília, que tem sua narrativa cheia de afeto trazida no texto de Ana Carolina de Souza Silva e Patrícia Baroni (p. 91), também observamos que a

educação não se limita ao espaço escolar, mas também a “espaços de compartilhamento que estabelecemos ao longo da vida e do quanto ter consciência da própria realidade ajuda a almejar mudanças e enxergar os processos educativos como potências” para elas (p. 96). Lucília fala sobre como o olhar e a escuta atenta de outras vivências também a auxiliaram no entendimento de si mesma enquanto uma mulher negra e favelada, e esse reconhecimento de si é “fonte de motivação para ajudar tantas outras mulheres que se inscrevem nessas intersecções e que ocupam a base da pirâmide social” (p. 96). Esse olhar pelo afeto trazido em sua fala é peça chave para o acolhimento das diversas carências e realidades das crianças com quem trabalhou em uma ONG, e entende que o trabalho educativo vai muito além de uma aula, sendo uma constante construção da autoestima que as foi negada.

Seguindo no contexto de construção de autoestima, a representatividade também é um dos valores que marcam esse livro e a vivência de mulheres racializadas. Por trás do discurso de “ocupar todos os lugares”, nem sempre todas as portas estarão abertas para isso. Desde o reconhecimento de mulheres negras no judiciário; a maternidade negra; a mulher indígena no contexto urbano, até a representatividade no sentido mais usado da palavra dentro deste cenário, como exemplo de crianças racializadas que não se vêem representadas nas histórias infantis, nos personagens ou nos brinquedos, a falta de representatividade dos corpos negros e indígenas ainda é latente em praticamente todos os âmbitos, excetuando apenas, talvez, na seletividade penal, onde, previsivelmente, esses corpos são os mais afetados. “Para além da porta de nossas casas, estamos mergulhadas em uma sociedade na qual o racismo é estrutural e estruturante de todas as relações” (CONCEIÇÃO, 2022 p. 39). O branco é o universal, é o padrão. O que é diferente disso é... diferente. É o outro. No que diz respeito à falta dessa representatividade nas mídias para nossas crianças poderem se identificar positivamente, ser visto e entendido como "o outro", e não parte do todo é mais uma das micro (micro para quem?) violências cotidianas sofridas com o apagamento de referências que valorizam sua ancestralidade, sua história.

Mais uma vez, no âmbito da educação, o questionamento sobre quem conta a história que aprendemos nos livros da escola; quem são esses heróis e quem eles representam é levantado. No direito, mesmo com os 20 anos da promulgação da lei 10.639/03, que garante a inclusão obrigatória do ensino de História da África e das culturas afrobrasileiras nas escolas de educação básica, andamos a passos lentos no objetivo de descolonizar o currículo escolar eurocentrado. Afinal, quem vai contar a história que a história não conta se não nós?

O temor das lacunas epistêmicas e de uma narrativa árida não é maior que o receio de não produzir a escrita. Escrever é construir mundos (e desconstruir também). É semear novas formas de existência. É como disparar flechas rápidas e potentes no centro do silêncio e do vazio que foi imposto às mulheres originárias. É dança, é grito e luta. (RIBEIRO, 2022, p.178)

Ainda diante das versões da história da criação do povo brasileiro, Aléssia Tuxá, em seu texto, traz a pertinente reflexão sobre o apagamento sistemático da versão contada pelos povos que já habitavam Pindorama antes da invasão dos europeus. Passados anos, a ordem de tratamento conferida às populações indígenas permanece sendo a de exploração e extermínio. A autora nos revela que apesar da insistente luta por direitos, as políticas e leis direcionadas aos povos originários tendem a ser meramente simbólicas, muitas vezes não condizente com a realidade, e muito menos sendo cobrada sua aplicação por parte dos poderes públicos.

Essa “indisposição” é associada ao entendimento racista e equivocado dos colonizadores de que “ser indígena era entendido como uma condição, algo transitório que deixaria de existir a partir do contato com a “civilização”” (TUXÁ, 2022, p.160). O marco temporal, tese jurídica que define como terra indígena apenas o território que estava efetivamente ocupado na data do marco da promulgação da Constituição Federal de 1988, apenas corrobora a ideia de desumanização dos povos originários, anulando seu vínculo ancestral com o território. Dessa forma, animaliza o corpo indígena quando o insere numa falsa dicotomia entre o “civilizado” e o dito “primitivo”, estando o primeiro sempre no domínio da narrativa.

“Narrar a si é sobretudo confrontar-se com a realidade de um eu subalternizado e calado mediante a voz daqueles que se consideram dignos de falar: a branquitude” (QUEIROZ; BARONI, 2022). Ao longo do livro, percebemos o quanto a potência do narrar desobjetifica o sujeito, antes visto apenas como um objeto para o estudo alheio (KILOMBA, 2020), e o humaniza. E é isso que os corpos negros sempre sofreram: a desumanização. A narrativa devolve a essência para o sujeito e resgata sua voz, bem como a autoria de sua própria vida e história.

Quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um corpo-mulher-negra em vivência e que, sendo esse o meu corpo, e não outro, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta (EVARISTO, 2009, p.18).

Dentre tantas narrativas trazidas pelo livro, o que me comove é perceber como nós, mulheres racializadas, podemos ser tantas, ou todas, em uma só. Não tenho interesse em generalizar as questões da negritude, pelo contrário. As escrituras contidas aqui atravessam escritos, histórias e memórias que se não as vivemos, carregamos em nosso corpo pelas vivências das mulheres que estiveram e estão aqui antes de nós. “São cadeiras que não nos são dadas sem luta, sem dor e sem conflito” (p.14). É muito difícil não sentir identificação por essas narrativas sendo uma mulher preta, que ainda me questiono até quando vamos nos conectar ou nos identificar pela dor. As “dores de revisitar os silenciamentos” (QUEIROZ; BARONI, 2022) a partir das narrativas de outras mulheres. Em contrapartida, ver mulheres negras e indígenas sendo protagonistas, escrevendo suas próprias histórias e transformando suas vivências é de fato uma afronta e uma alegria que eu também tendo a me identificar. “Nós nos lemos nos textos dos autores, acreditando, por vezes, que estamos lendo os autores” (FERRAÇO, 2003, p. 166).

As autoras:

Aléssia Tuxá

Ana Carolina de Souza Silva

Beatriz Mendes Queiroz

Carla Caroline de Oliveira Silva

Carla Figueira de Souza

Carolina Angélica Ferreira Netto

Clarissa Verena Lima Freitas

Daniela de Azevedo

Deise Guilhermina da Conceição

Ellen Michelle Barbosa de Moura

Erika Verde Conceição Travassos

Fernanda Prado dos Santos

Juliana Rodrigues Ferreira

Luzia de Fátima Machado

Márcia Guena

Margareth Argemira de Almeida

Maria-dos-Remédios Rodrigues

Marta de Melo Lisboa

Patrícia Baroni

Sandra Regina de Oliveira Faustino

Silene Orlando Ribeiro.

Referências

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FERRAÇO, C.E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2020

Narrativas de mulheres negras e indígenas na educação e no direito: visibilidades e trajetórias socioculturais / Carla Figueira de Souza, Deise Guilhermina da Conceição, Patrícia Baroni. (Org.) – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.